

CONTRATO Nº 009/CEGÁS/2017.
PROCESSO Nº 6072800/2016

TCE =

OL = 22.914

Logix = 540

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS,
E (O)A ACE SEGURADORA S/A, ABAIXO
QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE
SE DECLARA.

A COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ – CEGÁS, situada na Av. Washington Soares, nº 55, 11º andar, Bairro Cocó, Fortaleza/CE, inscrita no CNPJ sob o nº 73.759.185/0001-96, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo Diretor Administrativo e Financeiro **Lauro Daniel Beisl Perdiz**, brasileiro, casado, administrador, portador da Carteira de Identidade nº 3569.030-52 SSP/BA, e inscrito no CPF/MF sob o nº 505.207.175-20, residente e domiciliado na Cidade de Salvador - BA, e o Diretor Presidente **Antônio Elbano Cambraia**, brasileiro, casado, Administrador / Economista, residente e domiciliado em Fortaleza – CE, inscrito no RG sob o nº 96002146783-SSP/CE e no CPF sob o nº 002.871.723-68, e a **ACE SEGURADORA S/A**, com sede na Av. das Nações nº 8501, 25º ao 28º andares, São Paulo/SP, CEP: 05.425-070, Fone: (11) 4504.1787 / (11) 99399.6722, inscrita no CNPJ sob o nº 03.502.099/0001-18, Inscrição Estadual nº 115.598.501.113, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Procurador **Gustavo Miranda Pocai**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 4.012.995 SSP/MG, e do CPF nº 811.784.506-78, residente e domiciliado na Rua Domingos Lopes da Silva nº 700, aptº. 111, bairro Vila Suzana, São Paulo/SP, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente contrato tem como fundamento o Edital do Pregão Eletrônico nº **20160033/CEGÁS** e seus Anexos, os preceitos do direito público e a Lei Federal nº 8.666/1993 com suas alterações e ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do Edital do Pregão Eletrônico nº **20160033/CEGÁS**, e seus Anexos, e a proposta da CONTRATADA, os quais constituem parte deste instrumento, independente de sua transcrição.

2.2. O presente contrato constitui parte integrante da Apólice de Seguro a ser emitida pela CONTRATADA no prazo estipulado na Cláusula Décima Primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. Constitui objeto deste contrato Serviços de Seguro de Responsabilidade Civil Geral de Administradores (SEGURO DIRECTORS & OFFICERS – D&O) à base de reclamação com notificação, e Serviços de Seguro de Responsabilidade Civil por Práticas Trabalhistas Indevidas – EPL (Employment Practices Liability) – Reclamação / Atos Danosos, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência do Edital e na proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. O objeto dar-se-á sob o regime de execução indireta: empreitada por preço global.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DO REAJUSTAMENTO DO PREÇO

5.1. O valor contratual global importa na quantia de R\$ 161.499,00 (cento e sessenta e um mil quatrocentos e noventa e nove reais) para o **Item 2 especificado no subitem 4.2., do Anexo I - Termo de Referência**, sujeito a reajustes, respeitado a periodicidade anual do contrato nos termos da legislação vigente da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

5.1.1. Caso o prazo exceda a 01 (um) ano, o preço contratual será reajustado, utilizando a variação do índice econômico IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O Pagamento será efetuado à vista, após a apresentação da Apólice do Seguro, devidamente atestada pelo gestor da contratação, sem atualização monetária ou qualquer outro ônus, mediante crédito em conta corrente em nome da Contratada, preferencialmente no Banco Bradesco S/A.

6.1.1. A apólice de seguro que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o pagamento só será realizado após a apresentação da apólice corrigida.

6.2. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.3. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações do Anexo I – Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 20160033/CEGÁS.

6.4. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:

6.4.1. Documentação relativa à regularidade para com a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Trabalhista, Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

6.5. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada em Cartório. Caso a documentação tenha sido emitida pela Internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos oriundos da CEGÁS

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

8.1. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da sua publicação, na forma do parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal nº 8.666/1993, podendo ser prorrogado nos termos do que dispõe o art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993, por ser considerado pela CONTRATANTE, serviço de natureza contínua.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL

9.1. Não será exigida prestação de garantia para esta contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO

10.1. Quanto à entrega:

10.1.1. O objeto contratual (apólice de seguro) deverá ser entregue em conformidade com as especificações e condições estabelecidas neste instrumento.

10.1.1.1. Emitir a apólice de seguro no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado – DOE.

10.1.2. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados antes do término do prazo, e aceitos pela contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

10.2. Quanto ao recebimento:

10.1.1. **PROVISORIAMENTE**, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto contratual com as especificações, devendo ser feito por pessoa credenciada pela CONTRATANTE.

10.2.2. **DEFINITIVAMENTE**, sendo expedido termo de recebimento definitivo, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto contratual, certificando-se de que todas as condições estabelecidas no Edital foram atendidas e consequente aceitação das notas fiscais pelo gestor da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.
- 11.2. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 11.3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitadas ao estabelecido no §1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual.
- 11.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato da CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhar a execução deste contrato.
- 11.5. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específica de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado para execução contratual.
- 11.6. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 11.7. Refazer o objeto contratual (apólice), que comprovadamente apresente desconformidade com as especificações do termo de referência, no prazo de 10 (dez) dias, contados da sua notificação.
- 11.8. Cumprir as condições de garantia do objeto, durante o período da vigência contratual.
- 11.9. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante.
- 11.10. Responsabilizar-se integralmente pela observância do dispositivo no título II, capítulo V, da CLT, e na Portaria n.º 3.460/77, do Ministério do Trabalho, relativos a segurança e higiene do trabalho, bem como a Legislação correlata em vigor a ser exigida.
- 11.11. Emitir a apólice de seguro no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado – DOE.
- 11.12. Permanecer como única e total responsável perante a contratante, inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento.
- 11.13. Fornecer todo suporte necessário e suficiente para a dinamização, atendimento e concretização dos vários feitos e etapas do seguro.
- 11.14. Promover indenizações decorrentes no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da apresentação da documentação solicitada pela seguradora.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 12.1. Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado – DOE.
- 12.2. Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes deste Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.
- 12.3. Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da CONTRATADA, que atenderá ou justificará de imediato.
- 12.4. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.
- 12.5. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas neste Termo.
- 12.6. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

13.1. A CEGÁS exercerá a fiscalização e acompanhamento da execução dos serviços objeto do contrato, através da Gerente de Administração e Suprimento, como Gerente do Contrato e a Coordenadora de Licitação e Contratos, como Fiscal do Contrato, especialmente designados para esse fim e visando o seu exclusivo interesse, sem prejuízo, redução ou exclusão da responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, de acordo com o estabelecido no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/1993, doravante denominados simplesmente de GESTORES.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. No caso de inadimplemento de suas obrigações, a contratada estará sujeita, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, às seguintes penalidades:

14.1.1. Multas, estipuladas na forma a seguir:

- a) Multa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor do prêmio correspondente ao seguro no caso de atraso injustificado na emissão da apólice.
- b) Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do prêmio correspondente ao seguro, no caso de atraso injustificado no pagamento de indenizações, ou na execução dos serviços de reparos.
- c) Multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor do prêmio em caso de descumprimento das demais cláusulas contratuais, elevada para 0,3% (três décimos por cento) em caso de reincidência.
- d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do prêmio, no caso de desistência da execução do objeto ou rescisão contratual não motivada pela Contratante.

14.1.2. Impedimento de licitar e contratar com a Administração, sendo então, descredenciada no cadastro de fornecedores da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG) do Estado do Ceará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e das demais cominações legais.

14.2. Se não for possível o pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes, a CONTRATADA recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do Órgão CONTRATANTE. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

14.3. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e contraditório, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

15.1. A inexecução total ou parcial deste contrato por quaisquer dos motivos constantes no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/1993 será causa para sua rescisão, na forma do art. 79, com as consequências previstas no art. 80 do mesmo diploma legal.

15.2. Este contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo pela CONTRATANTE, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, nos casos das rescisões decorrentes do previsto no inciso XII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/1993, sem que caiba à CONTRATADA direito a indenização de qualquer espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1. A publicação do extrato do presente contrato será providenciada pela CONTRATANTE, no Diário Oficial do Estado – DOE, como condição indispensável para sua eficácia, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº. 8.666/1993.

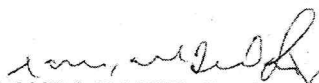
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. Fica eleito o Foro do município de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa.

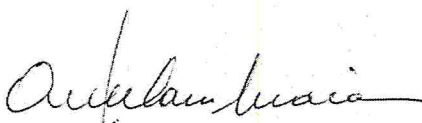


E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica da CONTRATANTE, e do qual se extraíram 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Fortaleza, 09 de fevereiro de 2017



LAURO DANIEL BEISL PERDIZ
Diretor Administrativo e Financeiro
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS

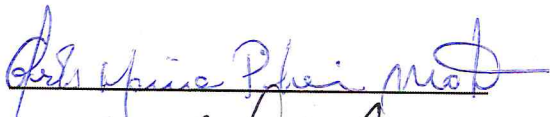
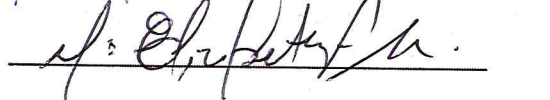


ANTONIO ELBANO CAMBRAIA
Diretor Presidente
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS



GUSTAVO MIRANDA POCAI
Procurador
ACE Seguradora S/A

TESTEMUNHAS:

Fortaleza, 06/10/2016

Dot. 294

61

COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Ref.: S/ solicitação de dotação orçamentária

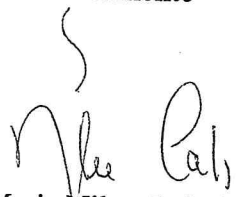
Procedemos o destaque provisório da dotação orçamentária para o seguinte dispêndio proposto:

Contrato do Seguro de Responsabilidade Civil

O dispêndio está contemplado no orçamento de 2017, conforme a seguinte dotação orçamentária:

DESPESAS ADMINISTRATIVAS
SEGUROS
DESPESAS COM APOLICES DE SEGUROS
4.2.1.2.03.000.000 - 1221
VALOR: (R\$) 292.326,03

Atenciosamente


Maria Nilce Quindere Cals
Gerente de Planejamento

→ Grupo de exp: 4
→ Tipo de exp: 5304
→ Centro Custo 2000